



## Do meme ao mito: a novilíngua neofacista em análise

João Paulo Martins de Almeida<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6306-7833>

Maria Virgínia Borges Amaral<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6112-984X>

### Resumo

Este artigo se dedica à análise do discurso neofascista brasileiro em seu formato digital, particularmente tomando como escopo o gênero discursivo *meme*. Para a investigação do objeto de tese, utilizam-se os aparatos teóricos e analíticos oferecidos pela Teoria da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux (2014), colaboradoras (AMARAL, 2007; ORLANDI, 1996, 2020; ZOPPI-FONTANA, 2018) e colaboradores (PIOVEZANI, 2020). Conclui-se que o *meme* surge como veículo para a crítica social e política, para o lúdico, mas também como fonte primordial para a disseminação de ideologias da extrema direita e do neofascismo brasileiros. Este ideário extremista e neofascista é analisado como sendo uma “novilíngua”, à moda de Orwell (2009), com características próprias em sua semântica e no engendramento de efeitos de sentidos que se inscrevem na questão política do Brasil hodierno.

**Palavras-chave:** Neofascismo. Meme. Discurso neofascista. Discurso digital. Jair Bolsonaro.

## From meme to myth: analysis of neofascist newspeak

### Abstract

This article focuses on the Brazilian neo-fascist discourse in its digital format, having the discursive genre *meme* as its scope. In order to investigate the object of such thesis, it is used the theoretical and analytical apparatus provided by the Theory of Discourse Analysis, affiliated with Michel Pêcheux (2014) and collaborators (AMARAL, 2007, ORLANDI, 1996, 1998, 2020; ZOPPI-FONTANA, 2018; PIOVEZANI, 2020). It is concluded that the *meme* emerges as a vehicle for social and political criticism, for the ludic, but also as a primordial source of dissemination of Brazilian far right and neo-fascist ideologies. It is analyzed that such extremist and neo-fascist ideology is viewed as a form of “newspeak”, in the manner Orwell (2009) conceived it, showcasing its own characteristics in its semantics, engendering meaning effects that are inscribed in the current political issue in Brazil.

**Keywords:** Fascism. Neofascism. Meme. Neofascist discourse. Religious discourse. Digital discourse. Jair Bolsonaro.

**Tramitação:**

Recebido em: 05/04/2023

Aprovado em: 01/05/2023

<sup>1</sup> Doutorando em Análise do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Pesquisador do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/UFAL). E-mail: joao.paulo\_martins@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-6306-7833>.

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas; Doutora em Linguística/Análise do Discurso- pela Universidade Federal de Alagoas; Docente da Faculdade de Serviço Social, da Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e da Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/UFAL). Pesquisadora (PQ) do CNPq. E-mail: maria.virginia@fssoufal.br. <https://orcid.org/0000-0002-6112-984X>.



## Introdução

Neste trabalho, analisa-se o *meme* como um gênero discursivo específico, procurando-se reconhecer suas características e particularidades, bem como percebê-lo como uma das materialidades significantes do discurso neofascista hodierno. Para situar o *meme* sob uma perspectiva discursiva, recorre-se ao trabalho de Zoppi-Fontana (2018) a esse respeito, além da pesquisa desenvolvida por Chagas *et al* (2020), a fim de se conhecer as origens da memética e de compreender a regularidade deste gênero no discurso digital<sup>3</sup>. Assim, elucidase que o *meme* representa um gênero discursivo que toca o político, especialmente quando este está inserido numa “sociedade do espetáculo”, como assevera Debord (1997).

Para que se possa proceder à análise do funcionamento do *meme*, situa-se, inicialmente, o papel da *ideologia*, o da *lingua(gem)* e o do *discurso*, uma vez que tais conceitos constituem as bases para a compreensão do problema. Na Análise do Discurso, compreende-se que os processos linguístico-discursivos acontecem pela via das *formações ideológicas e discursivas* como descritos por Pêcheux (2014) a partir da leitura de Althusser (2007). É a ideologia que interpela os indivíduos enquanto sujeitos e os conduz para assumirem posições-sujeito, para identificarem-se ou contraidentificarem-se com determinados dizeres, os quais representam visões e práticas de mundo, materializadas sob forma linguístico-discursiva.

Em seguida, busca-se, neste artigo, fundamentar teoricamente o gesto de interpretação analítico filiado às visões de Orlandi (1998) sobre discurso e argumentação e à de Zoppi-Fontana (2018) sobre uma nova forma de argumentar nas redes sociais, por ela chamada de *argumentar*. De posse desse dispositivo teórico, pode-se avançar no estudo e analisar *memes* categorizados como neofascistas e os que surgem como contraponto a estes, ressignificando-os em um funcionamento satírico.

Mobiliza-se, por fim, um dispositivo analítico que busca compreender a semântica do discurso neofascista materializado nos dizeres do ex-presidente não reeleito Jair Bolsonaro. Deste modo, o artigo avança na análise da *formação discursiva bolsonarista*, a qual constrói um discurso carregado de contradições, mediado pelo autoritarismo do líder. A partir da

<sup>3</sup> O gênero discursivo *meme* se enquadra como parte do discurso digital, cuja noção aqui tomada se baseia em Dias (2018, p. 29), que compreende este discurso relativamente ao momento de sua circulação, uma vez que é “pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o discurso digital se formula e se constitui. De outro modo, diríamos que o discurso digital se formula ao circular. E isso faz diferença na produção dos sentidos”.



alegoria feita por George Orwell em sua obra-prima “1984”, adota-se o termo “novilíngua” bolsonarista como objeto de análise final de nosso projeto, realizando uma aproximação dos dizeres neofascistas hodiernos com os do regime de traços fascistas da obra orwelliana, que previa as antinomias “guerra é paz”, “liberdade é escravidão” e “ignorância é força” como os centros gravitacionais de um discurso totalitário, sustentando essencialmente em mentiras – em mitos –, discurso esse que se mostrou cada vez menos ficcional.

### A função social da ideologia e o seu papel na discursividade

A língua é compreendida como uma das *materialidades significantes*<sup>4</sup>, *discursivas*, para a produção de sentidos, atravessados e constituídos pela ideologia. Deste ponto ocupa-se a Análise do Discurso (AD), um campo do saber que compreende os sentidos produzidos no processo que envolve língua, história e ideologia. Considera-se, pois, a *formação discursiva* como o espaço de produção de sentidos.

Assim como posto por Michel Pêcheux (2014, pp. 146-147):

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem.

Percebe-se, assim, que a *ideologia* é a função social que estabelece/nomeia a ordem do mundo. Como não é acessível de imediato, ela ocorre por meio de *formações ideológicas* (FIs) específicas que, por fim, serão materializadas de *forma significativa*, como em veículos imagéticos ou linguísticos, meios que usualmente compõem o gênero discursivo *meme*. Sobre as FIs, Pêcheux (2014, p. 132) afirma que:

<sup>4</sup> Aqui fazemos referência à noção de *materialidades significantes* assumida por Zoppi-Fontana (2018) a partir de Lagazzi (2012). Nesta interpretação, o significante não é mais compreendido como a imagem acústica do signo saussuriano, “mas como componente de uma cadeia estruturante falha, cuja materialidade específica (verbal, visual, sonora, gestual ...) fica exposta à produção de significações” (LAGAZZI, 2012, p. 1).



Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado) que, ao mesmo tempo, possuem um “caráter regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que “a maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia.

Assim, conforme o pensamento pêcheuxiano, as *formações ideológicas* são as formas de concretização da ideologia, maneiras de interpretar (e agir) no mundo. Assim, a ideologia tem a função de “marcar” a identidade dos indivíduos, mostrá-los em suas posições sociais, fazendo com que eles, uma vez tocados pelo fenômeno da interpelação ideológica (ALTHUSSER, 2007), assumam posições de sujeitos numa sociedade em permanente luta; uma sociedade que estabelece distinções de classes socioeconômicas, de raça, de orientação sexual, de gênero etc.; uma sociedade sustentada por mecanismos divisórios e conservadores das diferenças entre trabalhadoras/es e capitalistas. Tais distinções, contudo, são “necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção [logo, de poder] na sociedade de classe [...]”; a ideologia tem a função de ‘mostrar’ aos sujeitos da produção seu lugar no interior desta sociedade” (AMARAL, 2007, p. 25).

Então, na linha reflexiva de Pêcheux (2014), a *ideologia* é representada por *formações ideológicas* (FIs) que se materializam discursivamente nas *formações discursivas* (FDs). Pêcheux explica:

**Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que**, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, **determina o que pode e deve ser dito** (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição de um programa etc.). (PÊCHEUX, 2014, p. 147). *Grifo nosso.*

Pode-se entender, logo, que as *formações ideológicas* (FIs) configuram-se como práticas, atitudes e ações coerentes com a posição de determinados grupos da sociedade que se manifestam por meio de frases, enunciados, textos, imagens, sons, gestos etc., expressões *linguístico-discursivas* de tais grupos.

Uma vez intrinsecamente relacionadas, as FIs e as FDs se estabelecem na ordem do discurso. Orlandi (2020, p. 20) compreende o discurso como “efeito de sentido entre





locutores”, isto é, as relações de língua(gem) sendo tocadas pela ideologia e pela história, relações de sujeitos, de sentidos por eles construídos, compartilhados, negados, cujo efeito é múltiplo e variado. A materialidade da língua, assim, funde-se à materialidade da história, implicando discursos que produzem sentidos para fortalecer posições que “já foram definidas por uma relação desigual e contraditória com o dizer. [...] As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa” (ORLANDI, 1998, p. 78). Os próprios enunciados e argumentos utilizados pelos sujeitos são, assim, produtos de discursos historicamente constituídos.

No jogo de poder, em relação à posição discursiva dos sujeitos na contemporaneidade, o discurso encontra novas formas de sustentação, aciona a memória discursiva, resgatando outros discursos historicamente constituídos para se atualizar e se fortalecer. É o que se verifica, por exemplo, com o gênero discursivo *meme*, muito utilizado hodiernamente para fazer circular posições ideológicas – logo, discursivas – acerca de determinados temas. Compreendamos, pois, seu funcionamento e suas principais características.

### O gênero discursivo *meme*

Com o fito de se analisar *memes* que significam e ressignificam o discurso neofascista acionado pelo o ex-presidente Bolsonaro, algumas características deste gênero discursivo precisam ser elucidadas. Uma delas é a questão de que este é um gênero que traz, como materialidade significativa, a utilização de imagens e textos sobrepostos e/ou entrelaçados no intuito de produzir determinados efeitos. Como observado por Zoppi-Fontana (2018, p. 135), isso ocorre porque a “utilização massiva das redes sociais e dos diversos aplicativos de comunicação afeta constitutivamente as práticas discursivas”, estando os internautas “familiarizados com práticas de textualização que imbricam imagens, som e escrita e que circulam amplamente”. Os *memes* se constituem, assim, como um gênero discursivo próprio do discurso digital, conjugando formas originais que combinam o linguístico e o imagético na textualização do político, mormente com o uso da ludicidade, da ironia e do humor para que seu efeito de sentido seja engendrado.

Zoppi-Fontana (2018) perceberá que o *meme* se sustenta em dois efeitos para que seu funcionamento argumentativo seja eficaz: o *efeito ecoico*, que diz respeito à repetição, à “viralização” de determinado discurso, replicado em série, isto é, ao “eco” que um *meme*





reverbera ao ser reproduzido inúmeras vezes; e o *efeito de condensação*, um traço da formulação do *meme* que justapõe textos simples geralmente unitários, com enunciados curtos e elementos audiovisuais simples, prevalecendo o imagético sobre o sonoro. Dessa maneira, “o meme associa materialidades significantes diferentes, que se imbricam de diversas maneiras, tendo sempre um elemento que se inscreve como repetição/replicação de um texto anterior” (ZOPPI-FONTANA, 2018, p. 147), o que implica dizer que o veiculado pelo *meme* é necessariamente uma resposta interdiscursiva e intertextual a um discurso a ele exterior, sendo a “replicação ou repetibilidade [...] um traço definidor de seu funcionamento discursivo e de sua existência histórica na rede” (*idem*, p. 149).

Há de se considerar que os elementos repetidos por um *meme* vão constituir um *efeito de série* que não é mera repetição de elementos formais (ZOPPI-FONTANA, 2018), mas, antes, trata-se de uma regularização que “necessariamente implica um jogo de forças entre o linguístico e o histórico, entre formas significantes e seu modo de existência histórico” (*idem*, p. 149). Assim, o funcionamento discursivo do *meme* se dá “pelo acúmulo e pelo excesso de enunciações, que repetem um elemento formal (imagem, enunciado, som ou uma combinação desses elementos), já tomado e reconhecido em um processo de regularização” (*ibidem*). Destarte, o acúmulo de enunciações, ou sua regularização em *memes*, diz respeito à relação constitutiva entre texto, acontecimento e memória discursiva, sendo o *meme* um vestígio de outras enunciações, retomando-as e/ou ressignificando-as, o que Zoppi-Fontana (2018, p. 150) define como “o funcionamento do meme enquanto um novo modo de argumentar na rede”, por ela chamado de *argumentar*. Repetir, reformular, parafrasear ou abrir o sentido à polissemia são, portanto, possibilidades linguístico-discursivas propiciadas pelo *meme* enquanto um gênero discursivo que é atravessado pelo histórico, pelo político e pela ideologia, atualizando-se em suas múltiplas repetibilidades e materialidades significantes.

Diante do que se explanou sobre o *meme* como um gênero discursivo já estabelecido na contemporaneidade, voltemo-nos à sua constituição enquanto tal. O termo *meme*, originário do grego *mimeme* (μυμῆμα), foi cunhado no livro “O gene egoísta”, escrito pelo biólogo Richard Dawkins em 1976. A compreensão deste autor sobre os *memes* parte de chaves analíticas que fazem analogias aos genes. Os *memes* seriam, na visão de Dawkins, os “genes da cultura” (CHAGAS, 2020a, p. 25): as ideias, os bordões, os *slogans*, os modos de vestir, de cozinhar, de construir, de compartilhar, de rejeitar ou negociar posicionamentos políticos.





É notável que a raiz grega da palavra é a mesma de *mimesis*, que significa imitação; o neologismo lançado por Dawkins é, de fato, uma composição por aglutinação de “mimesis” e “gene”, formando a nova palavra: *meme*. A partir daí, a memética é estabelecida como “a disciplina que estuda os *memes* e as suas conexões com os humanos e seus outros potenciais hospedeiros” (HOFSTADTER, 1985, p. 65), ou simplesmente como “a ciência que estuda como os *memes* se propagam” (LEAL-TOLEDO, 2017, p. 13). Assim, o *meme*, como o gene, é percebido como um replicador, uma unidade de transmissão que carrega informações (biológicas, no caso dos genes, e culturais, no caso do *memes*) e se espalha entre as pessoas, como se as “contaminasse”.

Desde antes do advento da internet, portanto, os *memes* já eram realidade na ciência, compreendidos como ferramentas conceituais. Mas somente a partir de sua consolidação como meio de comunicação de massa, em meados dos anos 1990, é que se pode compreender os *memes* como os interpretamos hoje. A adoção em larga escala da *web* e, posteriormente, das redes sociais, é que iriam consolidar o *meme* como um gênero discursivo específico, ou como uma “nova forma de letramento social” (CHAGAS, 2020a, p. 34), uma vez que os *memes* de internet formulam discursos e constituem espaços de afinidade a partir de experiências compartilhadas virtualmente.

Podemos, assim, definir o *meme* a partir dessas contribuições teóricas: ele é um gênero discursivo que utiliza a comunicação na internet, típico de uma sociedade de massas do século XXI com algum grau de acesso às telecomunicações e à tecnologia. Este gênero incorpora elementos imagéticos e linguísticos aparentemente descontínuos e caóticos para produzir discursos que se repliquem e se espalhem de modo viral nas redes, sem que a autoria seja necessariamente um marco delimitador deste gênero discursivo. Além de sua capacidade de ser viral, o funcionamento do *meme* depende do humor, da ironia e do deboche, características do discurso lúdico (ORLANDI, 1996), o que o faz tender para a polissemia.

Esse gênero discursivo oportuniza, como posto por Chagas (2020b, p. 260), “uma experiência completamente nova de letramento político”, uma vez que faz uso de elementos verbais e não verbais, além de elementos próprios do letramento digital, como uso de *hashtags* (#), para formar imperativos, palavras de ordem, sintetizar e personificar o debate público, reduzi-lo e/ou ampliá-lo. O autor dirá que discussões levantadas pelos *memes* “contribuem para, de um lado, simplificar e tornar rasas as percepções sobre a realidade, e, de outro, ampliar o debate a camadas que habitualmente se mantinham apartadas da política”





(CHAGAS, 2020b, p. 260). Dessa forma, o *meme* pode radicalizar o debate político, mas também pode favorecer a familiarização do indivíduo com a política, tornando-a mais próxima de sua vivência cotidiana.

O que se observa é que o Brasil contemporâneo, especialmente entre os anos de 2018-2022, pouco familiarizado com o *meme*, tomado apenas como *espetáculo*<sup>5</sup>, verteu o pêndulo muito fortemente para a radicalização política. Este fato, por sua vez, é resultado da emergência de extremas direitas de traços fascistas oriundas de um contexto de grave crise do capital planetário, desencadeada a partir de 2008 e aprofundada com a experiência pandêmica a partir do ano de 2020.

Os *memes* políticos, como conteúdos midiáticos que são, têm a capacidade de difundir mensagens persuasivas na tentativa de convencer as massas e incitá-las à ação política. Observando a forma virulenta dos *memes* políticos no contexto posto a partir de 2018 no Brasil, propomos classificar este tipo de *meme* político como *meme-espetáculo*, trazendo o gênero discursivo *meme* atrelado ao conceito de *espetáculo* de Guy Debord (1997), que o define como o conjunto de imagens que deformam-falseiam a realidade.

Pode-se dizer, dessa maneira, que o *meme-espetáculo* é o tipo de *meme* político que carrega traços de funcionamento dos *memes*, mas que necessariamente trazem o *espetáculo*, ou o falseamento da realidade, como uma de suas características centrais. São *memes* que funcionam pelo sensacionalismo, geralmente carregando distorções do real ou simplesmente veiculando *fake news*. Foram mais bem instrumentalizados pela campanha bolsonarista de 2018, mas não surgiram necessariamente com ela. Porque dependem da *irrealidade* e o *irracionalismo*, mandamentos do funcionamento fascista (STANLEY, 2020), são usualmente instrumentos de *propaganda* do discurso neofascista.

O *meme-espetáculo* surge em ambientes de polarização política, recorrendo a dicotomias, mentiras e/ou hipérboles que se utilizam de elementos da realidade para bem

<sup>5</sup> A *sociedade do espetáculo* é aquela que corresponde à visão de que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD, 1997, p. 13). O *espetáculo* pode ser compreendido, pois, como a utilização dos recursos audiovisuais numa sociedade como a capitalista em que se tem uma falsa representação da realidade; seria ele a “inversão concreta da vida” (*idem*), com o objetivo de controle ideológico dos indivíduos, “presos” às imagens que se lhes apresentam como deformação do real. O *espetáculo* é definido, desta forma, “não como um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14).





simulá-la, como uma *imagem* debordiana. Ele perturba, ademais, uma das próprias características do *meme*: o de servir ao lúdico, tornando-se marcadamente pesado, sensacionalista, urgente, situado na fronteira do *meme* e das *fake news*. Veja-se o exemplo:

**Figura 1 – Meme-espetáculo “Lula demônio”.**



Fonte: Kwai de Nancy Martins.

O conteúdo deste *meme-espetáculo* usa como base de realidade um evento em que Lula participou em 2017. Suas falas, entretanto, são editadas. No *meme*, Lula supostamente diz ser preciso negar a política; seu discurso é associado à defesa do fascismo e do nazismo. Acima da imagem do petista, foram inseridas a palavra “demônio” e a frase “ele quer a nossa destruição”, buscando sentidos oriundos do discurso religioso para pautar o discurso político. Note-se que há uma figura de demônio acoplada ao *meme*, o único elemento que remete ao humor na cena eminentemente *grave*, de caráter de denúncia, anunciada pelo *meme-espetáculo* carregado de *fake news*.

A questão da simbiose entre política e religião foi um dos principais temas dos *memes* políticos das eleições de 2022. Além daqueles *memes* que interpelavam sujeitos na tentativa de lhes convencer de que Lula fecharia igrejas e se opunha à religião, outros surgiram como contraponto em relação ao seu adversário político. Um deles chegou a ser compartilhado pela apresentadora Xuxa:

Figura 2 – Post em que Xuxa compartilha meme anti-Bolsonaro.



Fonte: *Instagram* da apresentadora.

Uma lenda urbana comum no Brasil dos anos 1990 era a de que a ex-apresentadora de programas infantis, Maria das Graças Meneghel, conhecida como Xuxa, havia obtido sucesso por haver realizado um suposto “pacto com o demônio”. Isso seria “provado” ao se ouvir quaisquer um de seus LPs (os discos de vinil que, na época, eram o suporte para as vendas da indústria fonográfica) de trás para frente, visto que o som produzido seria o do “diabo” falando. Ora, qualquer som que fosse produzido num disco que rodasse em sentido oposto soaria distorcido, mas a lenda urbana ganhou lastro, virou piada e foi aceita pela própria Xuxa, como se vê pela publicação em sua rede social.

O *meme* que ela reproduz, em seu caráter humorístico, põe uma montagem do ex-presidente Bolsonaro como se Xuxa fosse. O efeito de sentido que se produz é o da *inadequação* desta nova figura surgida: meiga, infantil, feminina, ainda que com a rigidez característica da sempre-tensa fisionomia de Jair. Alguns elementos imagéticos do quadro fazem a conexão da figura de Xuxa com a do presidente não reeleito: as estampas, os adereços e as “xuxinhas” de cabelo que a apresentadora usava, geralmente multicoloridos, são tornados verdes, azuis e amarelos, para que lembremos de que esta nova imagem é a de Bolsonaro, ainda que à Xuxa. O efeito de humor do *meme*, já provocado pela memória discursiva que remetia à lenda urbana envolvendo a apresentadora, é arrematado pelo seu suporte linguístico: “Quando vc toca o LP da Xuxa de trás pra frente [sic]”, o que significa dizer que, ao assim fazê-lo, conforme a lenda urbana indicava, o “diabo” apareceria – e, agora, o diabo toma a forma do próprio Jair Bolsonaro.

Este *meme* se assemelha a outro que novamente recorre a Jair e à Xuxa para capturar a atenção dos sujeitos. Subvertendo o *meme-espetáculo* que anunciava a “gravidade” de um Lula que “quer nossa destruição”, o *meme-espetáculo* abaixo traz um sócia de Bolsonaro que viralizou na rede social *TikTok* dançando “Ilariê”, um dos maiores *hits* da ex-apresentadora infantil. O dizer “MUITO GRAVE”, posto acima e em vermelho, assemelha-se ao tipo de *meme-espetáculo* neofascista acima descrito, que usualmente conta com o sensacionalismo como mote e com o falseamento da realidade; abaixo, explica-se que um suposto Bolsonaro estaria ouvindo a música “ao contrário”, o que confirmaria, uma vez mais, sua filiação com o demônio – e o efeito de sentido construído, num debate político poluído de ruídos binários do campo moral e religioso, apontava que quem pertencia “ao demônio” não era Lula, mas, antes, o próprio Bolsonaro.

**Figura 3 – Meme-espetáculo “Bolsonaro dançando Ilariê ao contrário”.**



Fonte: *WhatsApp* (apócrifa).

O debate que se coloca sobre os *memes*, especialmente estes que categorizamos como *memes-espetáculo*, que simulam, distorcem e manipulam a realidade, é premente: o discurso neofascista avança na seara digital. O campo político progressista utilizou o *meme-espetáculo* como seu contraponto, mas somente a partir de uma posição defensiva, após derrotas consecutivas na arena discursiva política. Prova maior disso é que, às vésperas do pleito de 2022, Bolsonaro seguia com quase 30 milhões de seguidoras/es a mais do que Lula nas redes sociais<sup>6</sup>. Quantas delas e deles não podem ter sido potenciais caixas de ressonância

<sup>6</sup> De acordo com matéria realizada pelo *Poder 360* às vésperas do pleito de 2022, “o [ex-]presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) tem 43,5 milhões de seguidores na internet, considerando Twitter, Instagram e Facebook. O número é 28,9 milhões a mais que o número de usuários que seguem seu principal rival, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que soma 14,5 milhões” (NADIR, 2022).

de sua mensagem fratricida através de *memes-espetáculo*, suporte que pode ter lhe garantido, ainda que não eleito, metade do eleitorado brasileiro?

### **Memes e mitos: novilíngua neofascista em análise**

Como sustentados por Eco (2019) e Stanley (2020), o fascismo precisa de um mito essencial para seu funcionamento: o mito da nação gloriosa, ou o *passado mítico*. Para que esse mito se sustente, ele precisa operar sobre certo grau de *irrealidade*, um pressuposto fascista que apaga a memória do passado factual para recriá-lo ao sabor da circunstância da política fascista, resultando na mentira de uma história de passado heroico e harmonioso de nação, que necessariamente precisa ser percebida como “destruída” e corrompida pelo grupo político imediatamente anterior que a governava.

Uma atividade como essa precisa ser realizada com um viés firmemente *anticientífico*, visto que o trabalho intelectual logo desmontaria tal farsa; é por este motivo, assim, que a *ignorância* surge como bojo dessa política, além de presumir alto grau de *irracionalismo* em consequência. Este serve a duas frentes: combater a ciência que se utiliza da racionalidade para explicar o mundo e seus fenômenos naturais e sociais, o que é uma afronta à própria existência do fascismo, que demanda irrealidade, ignorância e anticientificismo; e gregarizar uma massa de pessoas que, ignorantes, passem a aceitar a força dos mitos que se lhes impõem, defendendo-os mesmo que eles não as representem. Neste viés, o *irracionalismo* demanda um sentido de fé e fanatismo.

Horkheimer (2019) já sinalizava este fato acerca do funcionamento da personalidade fascista. Diz o filósofo da Escola de Frankfurt:

Em contraste com o fanático do estilo antigo, [o tipo autoritário] parece combinar as ideias e habilidades típicas de uma sociedade altamente industrializada com crenças irracionais ou antirracionais. Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e com medo constante de não ser como todos os outros, zeloso de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade. (HORKHEIMER apud ADORNO, 2019, p. 29). *Grifos nossos*.

Esse tipo conflitante de personalidade, que abriga paradoxos aparentemente imiscíveis e inconciliáveis, tem a ver não só com o tipo de sujeito de personalidade autoritária contraditória que se manifestou no Brasil nos anos bolsonaristas, mas com o gênio de George Orwell na criação das categorias de *duplipensamento* e de *novilíngua* (ou “novafala”) em sua clássica distopia “1984”. Nesta obra seminal, Orwell (2009) descreve uma sociedade







totalitária que guarda características com o nazifascismo de Hitler e Mussolini e com a URSS de Stalin; a figura do Grande Irmão sintetiza todos eles, uma personagem etérea que funciona como ponto focal de uma sociedade opressora que está permanentemente em guerra com outras superpotências mundiais.

O debate colocado por Orwell é o de que aquele tipo de fascismo (e não temos dúvidas de que a nação descrita em sua obra, a Oceânia, vivia sob o jugo fascista) se dá principalmente por uma perspectiva muito corrente na linguística: a de que a linguagem estrutura o pensamento e vice-versa. Na obra orwelliana, a *novilíngua* “era o idioma oficial da Oceânia e fora concebido para atender as necessidades ideológicas do Socing, ou Socialismo Inglês” (ORWELL, 2009, p. 347), que é o equivalente ao Partido Comunista da União Soviética à época de Stalin, ou ao Nazista à época de Hitler. O objetivo da *novilíngua*, continua Orwell (2009, p. 348), “não era somente fornecer um meio de expressão compatível com a visão de mundo e os hábitos mentais dos adeptos do Socing, mas também inviabilizar todas as outras formas de pensamento, na medida em que eles dependem de palavras para ser formulados”. A *novilíngua*, assim, havia sido concebida não para ampliar um léxico e as possibilidades linguístico-discursivas de um idioma, mas para restringir os limites do pensamento, fazendo com que a redução lexical – e de sentidos – implicasse o controle ideológico da/o usuária/o da língua.

Subjacente a esta estrutura linguística mais exígua, Orwell (2009) descreve a técnica do *duplipensamento*, que é o cerne da questão posta por Horkheimer mais acima. Para o autor britânico, “*duplipensamento* significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas” (ORWELL, 2009, p. 252). Assim, uma/um membra/o do Partido da sociedade distópica descrita em “1984” teria ciência de que precisaria manipular a realidade, distorcendo-a, para ter o seu controle; mas, graças ao exercício do *duplipensamento*, ela/ele também se convence de que a realidade não está sendo violada, já que isso poderia levá-la/lo a nutrir sentimento de culpa e desonestidade (e o Partido, na obra de Orwell, é o centro da integridade, sempre certo e constituído por nobres valores, ainda que as práticas de seus membros digam o contrário). Este processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com a adequada precisão na consecução de determinados fins, *mas também inconsciente*:

Dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo acreditar genuinamente nelas; esquecer qualquer fato que tiver se tornado inconveniente e depois, quando ele se tornar de novo necessário, retirá-lo do esquecimento somente pelo período exigido





pelas circunstâncias; negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo tomar conhecimento da realidade que negamos – tudo isso é indispensavelmente necessário. (ORWELL, 2009, p. 252).

Assim, percebe-se que o conceito de *duplipensamento* está inexoravelmente intricado ao de *novilíngua*, à semelhança das *formações ideológicas* e *discursivas* – evidentemente que guardadas as devidas diferenças entre os conceitos, uma vez que a criação orwelliana é fictícia e não se pretendia científica, mas, antes, alçava-se como um comentário literário sobre a sociedade europeia em que vivia o autor<sup>7</sup>.

O que pretendemos ao trazer estes conceitos orwellianos é analisar a linguagem neofascista (ou a *novilíngua* neofascista, como assim passamos a nomeá-la) sob o prisma da linguagem figurada que Orwell nos proporcionou. Isso porque a *formação discursiva bolsonarista*<sup>8</sup> (FDB) se manifesta numa linguagem muito particular que agrega coisas contraditórias, reproduzindo mitos e se baseando, portanto, na perspectiva orwelliana do *duplipensamento*. O veículo de preferência desse exercício de *duplipensar*, que não é outra coisa senão o do oportunismo político que serve à manutenção do fascismo, dá-se pela forma memética de comunicação.

Se a realidade brasileira do quadriênio 2018-2022 esteve impregnada de contradições, não era diferente na Oceânia de Orwell, cujos ministérios que alicerçavam o governo recebiam as seguintes alcunhas e funções: o Ministério da Paz cuidava dos assuntos de guerra; o Ministério da Verdade tratava das mentiras e deturpações feitas pelo governo para servir de propaganda; o Ministério do Amor praticava a perseguição política e a tortura; e o Ministério da Pujança lidava com o racionamento e a escassez de bens materiais. “Essas contradições não são acidentais e não resultam da mera hipocrisia: são exercícios deliberados de duplipensamento. Pois somente reconciliando as contradições é possível exercer o poder de

<sup>7</sup> Orwell publicou o livro em 1949, logo após a Segunda Guerra Mundial e ainda sob o Stalinismo.

<sup>8</sup> A FDB pode ser definida como uma variante da *formação discursiva fascista*, em que esta é hiperônima daquela, sua derivação hiponímica. A FDB se manifesta no Brasil devido à confluência de fatores políticos e econômicos observados desde junho de 2013, aprofundados a partir dos protestos pelo golpe-*impeachment* de 2015-2016 e consolidados nas eleições presidenciais de 2018, cujos sentidos por ela regidos como matriz só começam a encontrar fissuras a partir do acontecimento discursivo da pandemia de COVID-19. A FDB prega pelo armamento, pela perseguição aos adversários políticos e pela negação da realidade; opta pela vulgaridade e pelo estilo jocoso e desrespeitoso; mancomuna-se com o militarismo, com o capital financeiro do país e com os conservadores de uma forma geral. Expressa-se, economicamente, com discursos pró-mercado e, politicamente, materializou-se como um governo suscetível para a consecução de “reformas” neoliberais. O linguajar empregado é do tipo simples, direto e marcado por contradições.



modo indefinido” (ORWELL, 2009, p. 254). As similaridades com a ficção não parecem ser meras coincidências, visto que o Ministério da Saúde sob o governo Bolsonaro, por exemplo, adotava posições contraditórias e hesitantes no enfrentamento da pandemia de coronavírus.

Tão contraditórios quanto suas funções e suas nomeações, os ministérios orwellianos levavam em suas fachadas os *slogans* daquele governo ficcional, que aqui iremos utilizar como subtítulos que recepcionam nossos últimos gestos de análise: “Guerra é paz; liberdade é escravidão; ignorância é força” (ORWELL, 2009, p. 14). Passaremos a utilizar essas chaves para interpretar algumas características da *novilíngua* neofascista, pensando, como Piovezani (2020), que não se deve subestimar o poder letal da linguagem, especialmente no contexto de formação de uma tormenta fascista.

### “Guerra é paz”

O ex-presidente é um militar. A rigor, é um ex-militar, banido pelo próprio Exército – mas sua *identidade*, o que significa dizer a posição-sujeito que ocupa na ordem do discurso, é a de um militar. A temática da guerra é uma constante em seu discurso. A violência, a beligerância e a falta de trato são suas características como homem público. É o que lhe deu sustentação e viabilidade como político num país desigual como o Brasil, que expressa suas desigualdades pela violência física e verbal.

Para ele, a paz não é um fim a ser almejado socialmente, mas, sim, a guerra. A guerra é o propósito de sua formação, e por isso ela é confundida como paz. A paz que, segundo aquele ex-presidente, poderia ser obtida ao se utilizar diversas formas violentas, “matando uns 30 mil” numa guerra civil para “dar jeito no Brasil”, “fuzilando” adversárias e adversários, ou lhes desejando um infarto ou um câncer para que seu governo se termine como num passe de mágica, num *deus ex machina*<sup>9</sup> aristotélico que resolveria todos os problemas governamentais de um país como o Brasil.

A verve bolsonarista se caracteriza pelo conflito e pela agressividade. No entanto, o exercício de *duplipensamento* de Jair o faz formular enunciados como os da reunião ministerial de 22 de abril de 2020, acontecida no auge da pandemia de coronavírus:

**SD 1** – Por que eu tô [sic] armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! [...] É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Porque povo armado jamais será escravizado!

<sup>9</sup> Categoria descrita na *Poética* que resolve a trama com alguma intervenção divina. Para Aristóteles, um recurso narrativo forçoso que empobrece a qualidade da tragédia.



Em vez de discutir uma guerra metafórica contra um vírus invisível, o ex-presidente impõe uma pauta completamente desnecessária ao momento, guerreando materialmente contra prefeituras/os e governadoras/es que tomavam medidas de isolamento social num momento de recrudescimento da COVID-19, até então uma desconhecida de todas e de todos. Ao não responder a contento à crise instalada pela pandemia incipiente, e ao ver que outras/os atrizes/atores políticas/os assim o faziam, Jair interpreta este como um ato de guerra. E o concilia no *duplipensar* de que *lockdowns* sanitários atentavam contra a liberdade das pessoas, logo, equiparavam-se a ditaduras e, por isso, precisavam de ser combatidas através do armamento massivo da população. *Guerra é paz.*

**Figura 4 – Meme-espetáculo “um povo armado jamais será escravizado”.**



Fonte: YouTube.

Observe-se o *meme-espetáculo* trazido acima. Ele traz elementos da verdade, como já identificamos anteriormente, com um suporte jornalístico a lhe garantir alguma fidedignidade com a verdade mediada pela imagem, usando-se da logomarca da rede de notícias CNN e da manchete para este fim. O tom sensacionalista é garantido com o uso de “breaking news”, ou “notícias da última hora”. Sobreposto, destaca-se em verde e amarelo a fala do então presidente, uma paráfrase de uma fala do fascista Mussolini<sup>10</sup>.

Em episódio anterior, desta feita em 21 de outubro de 2018, a uma semana do segundo turno das eleições, Bolsonaro proferiu um discurso em que o *duplipensamento* é exercido com

<sup>10</sup> O exato dizer de Jair Bolsonaro nesta reunião ministerial é o que segue: “É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! **Que povo armado jamais será escravizado.** Eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um [*expressão de baixo calão*] aparecer pra [sic] impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Fácilimo!”. *Grifo nosso.* O dizer original é de Mussolini: “Só um povo armado é forte e livre”.



abundantes paráfrases de sua própria *novilíngua* neofascista, a reforçar o mote *guerra é paz*. Ele enxerga o pleito eleitoral, ora, como uma guerra. E anuncia: “Nós ganharemos essa guerra. Vamos juntos trabalhar para que aquele grito que está em nossa garganta, que simboliza tudo o que nós somos, seja posto para fora: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” (PIOVEZANI, 2020, p. 196). Variações de violência e de temas bélicos pontuaram seu discurso, como se observam nas sequências discursivas abaixo:

**SD 2** – Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós;

**SD 3** – Petralhada, vai tudo vocês [sic] para a ponta da praia!” (referência às execuções clandestinas de presos políticos pela ditadura militar);

**SD 4** – Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil;

**SD 5** – Vocês, petralhada, verão uma Polícia Civil e Militar com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês.

Essas sequências discursivas do discurso neofascista de Bolsonaro, que projeta uma *lei e ordem* assentada numa disputa que envolve *imaginárias posições-sujeito* de um “nós” contra um “eles” (ZOPPI-FONTANA, 2014; STANLEY, 2020), garante, de maneira muito contraditória, que se engendre um sentido de que, mesmo Bolsonaro se colocando abertamente como uma pessoa violenta, reacendendo, enfim, um fascismo latente, o *duplipensar* faz com que ele seja enxergado como um líder que garantirá a paz, uma vez que “anseia pelo bem da sociedade”, que a manterá a salvo dos muitos crimes por ele elencados, dizendo àquelas/àqueles que enveredam num “mundo de crimes” o que lhes espera: a cadeia, a “faxina” (leia-se: a eliminação, a morte), a “ponta da praia”. A rede de filiação de sentidos aponta que o sujeito analisado entende, portanto, que é pela destruição/eliminação do outro – pela guerra que se trava com o outro – de que se chega à paz. Eis o sentido engendrado pelo mote *guerra é paz* na *novilíngua* neofascista.

### “*Liberdade é escravidão*”

Para que se situe este *slogan* orwelliano na perspectiva analítica do discurso neofascista brasileiro, observe-se a sequência discursiva abaixo:

**SD 6** – O trabalhador vai ter que decidir um dia: menos direitos e empregos ou todos os direitos e desemprego.



A SD6 foi proferida em entrevista à jornalista Leda Nagle em abril de 2019, por meio das redes sociais. Fica patente, assim, que o ex-presidente brasileiro demarcava sua posição de classe, qual seja, a da classe dominante, alinhado, portanto, à *formação ideológica do capital* (AMARAL, 2007). Para isto, dirige-se às/aos trabalhadoras/es de forma direta (“o trabalhador vai ter que decidir um dia”), dando-lhes um ultimato: “menos direito e emprego ou todos os direitos e desemprego”. Esta sequência discursiva carrega uma longa trajetória de sentidos que tem como objetivo último a precarização do trabalho.

A “flexibilização”, ou melhor, a desvinculação de garantias trabalhistas que se ainda se implementa no Brasil hodierno é sustentada pela ideologia neoliberal, a qual privilegia o individualismo, o empreendedorismo, a competição, a pulverização das relações sociais no labor e, conseqüentemente, a falta de solidariedade entre as/os trabalhadoras/es, já que, dispersas/os umas/uns dos/as outros/as em seus serviços, são encorajadas/os a competir com seus pares. De acordo com este ideário, ao Estado cabe um papel menor, de mero gerenciamento da burocracia administrativa, delegando ao mercado e ao livre capital as funções que lhe competiria, reforçando o patrimonialismo e privatizando setores-chave de desenvolvimento estatal, como a educação, a saúde, a segurança pública, os investimentos em infraestrutura e as políticas de geração de empregos. Esta ideologia se tornou mais expressiva no cenário brasileiro a partir do golpe-*impeachment* de 2016, aprofundando-se a partir deste período e sendo continuado com o governo de Jair Bolsonaro, que também realizou mudanças na Previdência Social, aumentando o tempo de contribuição da/o trabalhador/a para que possa se aposentar.

A partir da sequência discursiva posta em evidência, percebe-se o caráter classista da sociedade brasileira, que escolheu como presidente alguém que não atende as necessidades das/os trabalhadoras/es, delegando-lhes a responsabilidade de ser suas/seus próprias/os provedoras/es, ainda que as condições macroeconômicas não lhes sejam favoráveis. Com a conjunção alternativa “ou”, cabe à/ao trabalhador/a “escolher” se deseja ser explorada/o, sem direitos, para que tenha um “emprego” que lhe gere seu mínimo sustento.

Aqui, observa-se um dos mandamentos de funcionamento do fascismo: o *Arbeit macht frei* (STANLEY, 2020), ou “o trabalho vos libertará”. A ideia por trás desse princípio fascista é a de que os grupos dominados são naturalmente preguiçosos e com tendências à criminalidade, e por isso o trabalho os “libertará” desses “vícios inerentes”. O Estado não pode ser solidário a esse grupo necessitado porque só alimentará ainda mais sua “preguiça” e



suas “inclinações ao crime”. Sob o ponto de vista do “nós” que compõe o grupo fascista, somente trabalhando bastante e à exaustão é que “eles” encontrariam a libertação desse pecado original que já carregam. Isso tem contornos profundamente racistas no Brasil, um país que manteve cativa a sua população por mais de 300 anos sob o jugo da escravidão.

O discurso proferido por Bolsonaro em 21 de outubro 2018, aludido no subitem anterior, traz elementos que reforçam o caráter fascista do *Arbeit macht frei*, agora parafraseado no lema *liberdade é escravidão*: “Vocês não terão mais vez em nossa pátria, porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. [...] Vagabundos. Vai ter que trabalhar” (BOLSONARO *apud* PIOVEZANI, 2020, p. 196).

O discurso de Bolsonaro tem respaldo social. Também em *memes* de internet essa lógica de que o trabalho é algo que precisa ser forçado a “vagabundos” se replica. Tome-se o exemplo da charge feita por Ivan Cabral em 2016 para o *Novo Jornal* (Natal, RN), reproduzida na figura 5a, para representar os protestos pró-golpe-*impeachment* de 2016. Um livro de História é lançado em meio às/aos manifestantes, que correm em desespero. A charge indica, assim, uma crítica a um erro histórico que as elites brasileiras estariam novamente cometendo, num aceno ao golpe de 1964 sendo repetido em 2016. No entanto, passados alguns anos, essa charge é reelaborada e passa a enquadrar quadros meméticos, como pode ser visto na figura 5b.

**Figura 5a** – Charge “lançamento de livro de História em meio ao protesto”.



Fonte: Ivan Duque 2016 (acervo pessoal de seu site).

**Figura 5b** – Meme “lançamento de carteira de trabalho em meio a protesto do PT” 2018.



Fonte: Facebook Sou mulher sou Bolsonaro.

O *meme* tem a característica de, enquanto gênero discursivo, apropriar-se de traços de outros gêneros, como a charge, e de ser reeditado, ressignificado, passando por muitas mãos e

carregando distintas intertextualidades. Observe-se que, mais do que as paletas de cores que são modificadas entre a charge e o *meme*, os símbolos são trocados: o livro de História se torna uma carteira de trabalho, que afugenta a multidão trajada de vermelho, afastando-se do trabalho que Bolsonaro, num avião militar, distribui-atira, *estando acima de todos*.

O efeito de deboche é reforçado com o personagem Muttley, do desenho animado “Corrida Maluca”. No fundo de cena, este cão aparece afastado dos “petistas”, sorrindo. Resta lembrar que esta personagem tinha como marca, além de sua risada fanática, ser obcecado por dinheiro e ser o aliado da personagem intitulada Dick Vigarista, que, como o próprio nome indica, usava-se de ardis escusos para vencer a corrida. Parece que, ao(s) sujeito(s)-criador(es) do *meme* pró-Bolsonaro, essas informações escapam – ou a sua filiação à *formação ideológica do capital* e inscrição na *formação discursiva bolsonarista* fazem com que, pelos processos de *esquecimento* descritos por Pêcheux (2014)<sup>11</sup>, tal atitude seja naturalizada.

Este *meme*, publicado na expectativa de criação de empregos na campanha de Bolsonaro em 2018, demonstra a máxima de que “nós” gostamos de trabalho, enquanto “eles”, não; “nós” não fugimos do trabalho, já “eles”, sim. É por isso que os sentidos de “Vagabundos. Vai ter de trabalhar” encontram respaldo social, porque a *novilíngua* fascista entende que “eles”, inerentemente preguiçosos, precisam ser forçados ao trabalho e, assim, alcançar a liberdade que “nós” já desfrutamos.

No engendramento de sentidos de “menos direitos e mais empregos”, que se encontra com o “Vagabundos. Vai ter de trabalhar”, há uma lógica tácita no funcionamento deste discurso: *com menos direitos para a/o trabalhador/a, geram-se mais empregos e quem reclamar é vagabunda/o*, que se encerra com a intimação: *vai ter de trabalhar*. Não se diz, no entanto, que as/os trabalhadoras/es já laboram em demasia; que já são exploradas/os pela ordem capitalista; que possuem poucos direitos e que estão sendo ainda mais subtraídas/os do pouco que têm.

<sup>11</sup> Pêcheux (2014, p.161) compreende dois tipos de esquecimentos (1 e 2) que operam no processo de formulações discursivas: esquecimento 1 – “sistema inconsciente”, diz respeito ao fato de o sujeito-falante não se dá conta da formação discursiva que o domina e, portanto, da formação ideológica que tal formação discursiva representa. O esquecimento 2 - “sistema de enunciados”, em que o sujeito – falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina formas e sequências de dizer, julgando-se dono das suas escolhas enunciativas.







Destarte, depreende-se que, na semântica neofascista, a condição para ser “livre” é a de perder seus direitos trabalhistas, trabalhando como se escrava/o fosse – o que representa o fato de *não ser livre*. Como posto por Orwell (2009): *liberdade é escravidão*.

### “Ignorância é força”

Os livros, símbolos de estudos, conhecimento e sabedoria, são tidos, pela novilíngua neofascista, como complexos, pois “têm muita coisa escrita” e “poucas imagens os ilustram”. Esta é a suposta crítica que o não reeleito faz ao falar sobre livros didáticos no país:

**SD 7** – Os livros hoje em dia, como regra, é um montão, um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo.

A crítica do ex-presidente é “fundamentada” se pensarmos que, *na sociedade do espetáculo*, o amontado de imagens é o que reina soberano. “Muita coisa escrita” demanda disposição, tempo, trabalho de decodificação e interpretação – reflexão. Nada disso importa a quem deseja manter as pessoas ignorantes para serem mais bem exploradas, seja no campo do trabalho, seja no entendimento da luta política.

Uma *sociedade do espetáculo*, alienada e ignorante das reais forças sociais que as estrutura – a saber, a força do capital e a do trabalho –, é interessante para projetos fascistas de poder. Primeiramente, as massas, “entupidas” de *imagens* e mitos, muitos dos quais carregados em *memes*, fazem uma leitura que as levam a uma compreensão distorcida do real. Neste processo, revoltam-se, mas não se unificam; estão desmobilizadas, difusas, atacam (e acatam) uma pauta após a outra. *Não há organização, mas mera agitação*. Veja-se o exemplo do que aconteceu com o Brasil, imerso nas redes sociais e nas novas formas de protestar, desde junho de 2013. De lá para cá, o país pariu um golpe e um projeto fascista de poder encabeçado por Jair Bolsonaro.

Em segunda instância, essa desmobilização precisa ser ela mesma revertida, tornada *imagem* e ser traduzida, agora, como *nova mobilização*: de apoio ao ex-presidente, à sua base, às suas *lives*, aos seus *memes*. Curtidas, *views*, *retweets*, *posts*, milhões de seguidores, centenas de páginas e blogs e “mídias independentes” e paralelas; milícias digitais. Tudo é mobilização, mas mobilização guiada, ditada, não espontânea. E isso só se dá porque há uma



captura da consciência dos sujeitos, que ignoram o que lhes acontece quando se entregam numa pretensa mobilização que os mantém animados.

Ora, as redes sociais tornaram o processo mais célere, mas a fascistização da sociedade brasileira não aconteceu somente por conta delas. No Brasil, “práticas e discursos já antigos construíram a normatização do sofrimento e da morte dos sujeitos da parte de baixo da sociedade brasileira” (PIOVEZANI, 2020, p. 242); nossa história de autoritarismo e genocídio perpetrado contra negros e indígenas é prova disso, e se continua até hoje contra os empobrecidos e marginalizados.

É imperioso reconhecer que o discurso neofascista, usando-se das plataformas tecnológicas e das possibilidades de difusão de sua mensagem, vem insidiosamente adentrando o imaginário popular brasileiro como um projeto de Estado. Há um processo, ainda contido, de fascistização da sociedade, e ele acontece tanto mais rápido quando as massas, tornadas meras espectadoras de *imagens*, começam a se engajar nos acontecimentos políticos sem os compreender, sendo interpeladas a se posicionarem como sujeitos por meio da intensa agitação política. Tudo isso acontece ante o celular, na passiva atitude de receber *espetáculos*, *memes*, *fake news*, todos lhes demandando um posicionamento que, ao ser tomado, criam no sujeito a perversa ilusão de que, por regular alguns comandos (*responder*, *comentar*, *encaminhar*, *curtir*, *reagir*, *repostar*, *retuitar*), ele também faz parte e controla os acontecimentos que são cuidadosamente pensados para nele chegar, na “engenharia do caos” que prevê conteúdos que possam lhe afetar e, assim, gerar uma resposta, uma repercussão que sirva de replicadora de um dado discurso para outras/os usuárias/os (EMPOLI, 2020).

Qual a melhor maneira de engajar as pessoas em torno de uma temática senão pelas *imagens*, pelo *meme*, de fácil leitura e apreensão, sem um “amontoado de coisas escritas” a dificultar a compreensão e a causar o incômodo da reflexão e do exercício da paciência? E qual outra forma de agitar politicamente um país senão pela polêmica, pelos arroubos, pelo *espetáculo* que se forma em torno do atentado que se sofre, da remissão de absolutamente tudo à violência e que, exatamente porque é e soa tão grotesco, captura-nos, agita-nos, faz-nos necessariamente ter de assumir uma posição?

Ignorantes das condições que as oprime, as massas mostram-se mais vulneráveis para serem manipuladas. E, por *estarem* ignorantes, buscam soluções fáceis que lhes sejam oferecidas; confiam em mitos, porque não foram ensinadas a ter a ciência de que a luta política é um instrumento de transformação de sua existência. Creem no *meme* e creem no





mito, porque estão acostumadas, ignorantes que estão, a não refletir, a apenas absorver os conteúdos-*espetáculos* que se lhes apresentam.

Certamente a ignorância, esta negação ao pensamento, *o medo de pensar o pensamento*, o prazer pela repetição da repetição e, por fim, a recusa a qualquer autenticidade, está em todos os lugares e em todos os tempos históricos – ela é a “grande caverna do mal”, como observada por Victor Hugo (2020) em “Os Miseráveis”. Mas quando a força da ignorância se encontra com a força do capital, o rebento que resulta desse cruzamento se chama fascismo, e ele se alimenta de mais ignorância – inclusive aquela que afasta as pessoas do despertar de sua consciência de classe –, para se firmar como um sistema estatal em que o capital decide quem pode viver e quem deve morrer.

A ignorância fascista, especialmente a de nosso tempo, mostra-se seletiva. O *duplipensamento* em “ignorância é força” requer aquilo a que Horkheimer (*apud* ADORNO, 2019) aludiu: o funcionamento simultâneo de irracionalidade e racionalidade. No discurso neofascista brasileiro, por exemplo, a irracionalidade se observa quando se defendem medidas anti-científicas de embate ao coronavírus; no bojo desse mesmo pensamento, opera uma certa racionalidade capitalista, a de que a economia precisa da força de trabalho de homens e mulheres para se realizar. No entanto, eis o aspecto irracionalmente destrutivo do fascismo, capaz até mesmo de destruir o curso do capitalismo que o propiciou: como haverá força de trabalho se toda ela é acometida por uma doença e desaparece? É nessa medida que o fascismo é assentado em ignorância, pois até mesmo o polo consciente-racional do *duplipensar*, que acomoda o paradoxo irracionalidade-racionalidade, é perturbado de forma tal que faz com que o aspecto irracional se sobrepuje à mais austera racionalidade, essencial para a própria reprodutibilidade social do capitalismo.

Desagregadas, voltadas a si mesmas, *ignorantes*, as massas se tornam mais vulneráveis para serem manipuladas e cooptadas pelo fascismo. Afinal, como são numerosas, elas se mostram como uma *força* a ser manipulada ideologicamente, já que sua consciência de classe, obstaculizada de ser percebida, é sitiada e ocupada pela ideologia fascista, que as interpela através de seu discurso, hoje eminentemente irrompendo no meio digital, sendo o *meme* um dos gêneros que possibilitam o trânsito deste discurso. O fascismo eterno (ECO, 2019) está sempre à espreita e à espera, bastando-lhe o reinado da ignorância para que vingue politicamente.





O que acontece com o Brasil em 2018 demonstrar que *ignorância é força*: este princípio da *novilíngua* fascista se impôs na guerra travada contra governos moderadamente progressistas e contra a ciência que intentava salvar vidas durante uma pandemia global; é a ignorância que mantém trabalhadoras/es reféns de um projeto governamental que as/os percebe como meros corpos a serem espoliados no trabalho, como objetos em que se depositam comunicados e que, tornados ignorantes, não se lhes são oferecidas as condições para que possam formular, ainda que empiricamente, a crítica ao capitalismo que nos organiza e nos explora; é a ignorância, enfim, que se impõe como uma força a nos quebrar socialmente, a romper os nossos laços sociais e a fazer com que a manifestação política seja tornada agitação pura e simples; que a vivência democrática seja suprimida em favor de um projeto de governo que, não fossem as estruturas institucionais que ainda resistem, já estaria “matando uns trinta mil”, dentre os quais “alguns inocentes, fazer o quê”. *Ignorância é força*.

### Considerações finais

Com a exposição aqui articulada, pode-se perceber um entrelaçamento entre a *sociedade do espetáculo*, o *meme* e o discurso neofascista. As condições no Brasil de 2018-2022, que viveu (e ainda vive) o reinado dominante do *espetáculo* elevou, na seara política, um *meme* humano à condição de presidente. Muito provavelmente pela ignorância dos fatos que a *imagem*, este conceito debordiano de deformação-falseamento da realidade, nos propiciava, pois viver de realidade dói.

Mas é também por esse motivo que a humanidade criou a arte e a literatura – para escaparmos da realidade que nos esmaga, para deixar a realidade repleta de “língua carregada de significado” (POUND, 2006) – para fazer o bom espetáculo. O *espetáculo* de Debord (1997) não precisa ser o reinante; e, se ainda assim o for, que saibamos usá-lo a nosso favor, com esperança, com alegria – com leveza e com humor.

Como se viu ao longo da exposição, o *meme*, que tem este potencial de ludicidade, surge como veículo de preferência do discurso neofascista. Mas também vimos exemplos de como subvertê-lo a favor de um projeto antifascista de sociedade. O caráter do discurso lúdico nele impresso não se deve perder do horizonte – o humor tem uma função social importantíssima para se enfrentar os desafios cotidianos, muitos dos quais, senão todos, impostos pelo capitalismo operante em todas as esferas da vida.





É por isso que estudos como esse são de interesse: para compreender o fascismo a partir de um viés acadêmico: como ele se manifesta e se reestrutura nas bases da contemporaneidade, usando-se das armas mais inusuais, como um *meme*, para se sustentar ideologicamente, o que significa se sustentar concretamente. Mais importante até que o estudo desempenhado, um trabalho deste tipo torna-se arquivo, na esperança de que se transforme em documento-alerta ao fascismo eterno que Eco (2019) nos advertiu sempre existir; como um alerta à Sombra descrita pela genialidade de Victor Hugo (2020), quase um século antes da emergência do próprio fascismo como forma política. Nós, os miseráveis, devemos encará-la e, necessariamente, combatê-la. Não nos resta outra opção na posição de classe que nos cabe nessa história.

### Referências

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 105-142.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- CHAGAS, Viktor. Da memética aos estudos sobre memes. In: **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: EDUFBA, 2020a.
- CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. In: **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: EDUFBA, 2020b.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- HUGO, Victor. **Os miseráveis**. 1. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.
- LEAL-TOLEDO, Gustavo. **Os memes e a memética**: o uso de modelos biológicos na cultura. São Paulo: FiloCzar, 2017.





**RELEM – Revista Eletrônica Mutações**

©by Ufam/Fic/Icsez

NADIR, Patrícia. **Bolsonaro tem 28,9 mi de seguidores a mais que Lula na internet.**

Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaro-tem-289-mi-de-seguidores-a-mais-que-lula-na-internet/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL**, 23, 2008, Goiânia, GO. Resumo expandido. Goiânia, Anpoll, 2008. Disponível em:

<<https://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul.-dez., 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Tipologia do discurso e regras convencionais. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento.** 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORWELL, George. **1984.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. José Horta Nunes (trad.). **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez., 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

SOU mulher sou Bolsonaro. Página de Facebook. Disponível em: <<https://m.facebook.com/SoumulhersouB17/photos/j%C3%A1-tirou-sua-carteira-de-trabalho-283839015568524/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

POUND, Ezra. **ABC da Literatura.** São Paulo: Cultrix, 2006.

PROJETO Comprova. É falso que Lula defendeu nazismo e fascismo em evento do PT em 2017. **UOL.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2022/09/19/e-falso-que-lula-defendeu-nazismo-e-fascismo-em-evento-do-pt-em-2017.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TONI, Carolina de. **Um povo armado jamais será escravizado.** Vídeo de YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cNTK8EUElcU>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”.** Porto Alegre [RS]: L&PM, 2020.

VARGAS, Mateus. Bolsonaro diz que livros didáticos têm “muita coisa escrita”. **UOL.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia->



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença **Creative Commons**. Atribuição Internacional.

*Relem, Manaus (AM), v. 15, n. 25, jul./dez. 2022.*



**RELEM – Revista Eletrônica Mutações**  
©by Ufam/Fic/Icsez

---

estado/2020/01/03/bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

XUXA compara Bolsonaro com demônio em meme de ‘disco ao contrário’. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/10/24/xuxa-compara-bolsonaro-com-demonio-em-meme-de-disco-ao-contrario.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Argu(meme)ntando: argumentação, discurso digital e modos de dizer. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de (org.). **Discurso e argumentação**: fotografias interdisciplinares. 1. ed. vol. 1. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 135-157.

30

### **Agradecimentos**

*Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Brasil.*



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença **Creative Commons**. Atribuição Internacional.

*Relem, Manaus (AM), v. 15, n. 25, jul./dez. 2022.*